



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## A implicação do pesquisador e permanência ao longo do tempo no campo como parte da estratégia da pesquisa-ação e postura ética - caso Jd. Gaivotas<sup>1</sup>

**Francisco de Assis Comaru**

CECS – UFABC | francisco.comaru@ufabc.edu.br

**Hulda Erna Wehmann**

CECS – UFABC | wehmann.hulda@gmail.com

**Mariana Ohara Morita Abreu**

CECS – UFABC | mariana.abreu@aluno.ufabc.edu.br

**Paulo Ricardo Marinho Marques da Silva**

CECS – UFABC | marinho.marque@aluno.ufabc.edu.br

### Sessão Temática 09: ATHIS e Extensão Universitária em PUR: relatos de experiência

**Resumo.** Este trabalho apresenta, através da parceria desenvolvida entre a UFABC e a Comunidade Jardim Gaivotas em prol do direito à moradia e à cidade, reflexões sobre a pesquisa-ação enquanto estratégia de co-produção do território. A experiência é relatada desde as demandas iniciais, a postura adotada pelo grupo de pesquisa, ao detalhamento das ações desenvolvidas. Buscou-se delinear como se deram as relações e aprendizados no processo participativo, numa reflexão sobre a importância da longa permanência num mesmo território, das diferentes temporalidades e da troca de saberes entre universidade e comunidade como oportunidade para a construção de novos repertórios, linguagens e estratégias que conectem os diferentes atores importantes no processo de produção das cidades.

*Palavras-chave.* Planejamento Territorial; Extensão Universitária; Educação Popular; Pesquisa Ação; Jardim Gaivotas.

### The researcher's involvement and permanence in the field over time as part of the action-research strategy and ethical posture – Jd. Gaivotas case

**Abstract.** This work presents through the partnership developed between UFABC and Jardim Gaivotas Community, in favor of the right to housing and the city, reflections on action-research as a territory co-production strategy. The experience reported from the initial demands, the posture adopted by the research group, to the details of the actions that were developed. We sought to outline how relationships and learning took place in the participatory process, in a reflection in the importance of staying in the same territory for a long time, different temporalities and the exchange of knowledge between university and community as an opportunity for the construction and new repertoires, languages and strategies that connect different important actors in the production process of cities.

*Keywords.* Territorial Planning; Extension Projects; Popular Education; Action Research; Jardim Gaivotas.

<sup>1</sup> Este trabalho expõe resultados de pesquisas, ora em desenvolvimento, do projeto de pesquisa “Co-Polis - Co-produção social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil”, vinculado ao processo nº 2019/13365-3, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.

## El involucramiento y prolongada permanência en el campo del investigador como parte de la estrategia y postura ética de la investigación-acción – Caso Jd. Gaivotas

**Resumen.** Este trabajo presenta, a través de la asociación desarrollada entre la UFABC y la Comunidad Jardim Gaivotas a favor del derecho a la vivienda y a la ciudad, reflexiones sobre la investigación-acción como estrategia de coproducción del territorio. Se relata la experiencia desde las demandas iniciales, la postura adoptada por el grupo de investigación, hasta los detalles de las acciones desarrolladas. El objetivo fue delinear las relaciones y experiencias de aprendizaje en el proceso participativo, reflexionando sobre la importancia de la larga permanencia en el mismo territorio, de las diferentes temporalidades y del intercambio de saberes entre la universidad y la comunidad como oportunidad para construir nuevos repertorios, lenguajes y estrategias que conecten a los diferentes actores importantes en el proceso de producción de ciudad.

*Palabras clave* Planificación Territorial; Extensión Universitaria; Educación Popular; Investigación Acción; Jardim Gaivotas.

### 1. Construindo em um solo movediço: a atuação do Laboratório Justiça Territorial na comunidade Jd Gaivotas, Grajaú, região Sul de São Paulo – SP

A noção de *território usado*, compreendido por Milton Santos (2005) como objetos e ações e por isso “sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p.255) situa a compreensão dos usos dos territórios como objeto da análise social e por isso caminho para afastar a alienação do sentido da existência e “o risco de renúncia ao futuro” (*Ibid.*). Sua formação pelo acúmulo dos tempos também resguarda o acontecer do presente.

Deste modo, o planejamento dos territórios enquanto “forma impura, um híbrido, uma noção que, por isso mesmo, carece de constante revisão histórica” (*Ibid.*), precisa refletir sobre suas próprias dinâmicas. Klink *et al* (2016) situam a desarticulação na formação e na atuação no campo do planejamento urbano e regional no Brasil, com sua reafirmação como zona de convergência entre profissionais de distintos campos em busca de métodos para resolução de problemas. De acordo com Galvanese (2021), o território é potencialmente uma categoria de mediação entre os diferentes domínios da realidade pois é nele que se materializam e articulam as várias dimensões. Torna-se categoria síntese fundamental para a compreensão dos fenômenos sociais.

O campo do planejamento deve olhar para seus acúmulos e tensionar suas bordas para transformar seus limites - seja no modo de imaginar futuros, nas técnicas desenvolvidas, nas redes de atores envolvidos e nos vislumbres de processos e resultados esperados. Nesse sentido, Faranak Miraftab (2016) aponta para uma crise do planejamento, em que na desconexão entre a imagem e a ideia da profissão, resguarda-se a necessidade de pensar um novo significado, imaginação, repertório, léxico e entendimento de justiça, para além do Estado e dos poderes corporativos (MIRAFTAB, 2016, p.364).

A autora menciona, como caminho para o ensino de um planejamento que considere o urbanismo humano, uma *abordagem relacional* que “expõe as injustiças e desigualdades pela transgressão do tempo, do lugar e das formas de ação” (*Ibid.*, p.374) e o enfoque em outras linguagens a serem desenvolvidas. A busca de conexão com diversos atores (todos com importância na produção das cidades) torna-se essencial no que tange o alcance e produção de novos conhecimentos e formas de ação.

No contexto da universidade brasileira, um dos caminhos para a realização dessa abordagem através da expansão do repertório de práticas do planejamento é a *extensão cidadã* (SERRANO, 2013). A prática extensionista, como braço que articula o teórico e empírico - e ação acadêmica complementar à formação - torna-se uma possibilidade de exercitar a prática de reconhecimento

dos usos do território em diálogo com seus habitantes, gerando um conhecimento que visa determinar percursos possíveis e planos de ação.

Em relação aos espaços em que o planejamento acontece, a extensão surge como uma combinação de objetivos de ação com objetivos científicos (THIOLLENT, 2000) em um movimento de arranjo entre espaços convidados dentro da instituição de ensino com outros espaços inventados na rede articulada com outros sujeitos/atores/locais.

Destarte, o presente artigo se estrutura a partir do relato do caso do Jd. Gaivotas, dentro do âmbito do Laboratório Justiça Territorial (LabJuta) vinculado à Universidade Federal do ABC. Em um primeiro momento, justifica-se a relevância da extensão enquanto prática acadêmica para a formação de quem lidará com o território, assim como prática contínua da relação entre universidade e território e na articulação entre demais atores na busca de ações que melhorem a condição da habitação dentro do seu contexto específico, a ser apresentado. Nesse sentido, os conceitos de pesquisa-ação e educação popular, que guiam a prática do LabJuta, apresentados na segunda seção deste trabalho, introduzem o relato de experiência do Jd. Gaivotas, feito em conjunto com a apresentação de seu contexto e conflitos.

Na terceira parte, apresenta-se o relato da experiência, discutido como projeto em andamento e objeto de pesquisa interinstitucional entre instituições brasileiras e francesas, o projeto de pesquisa temático “CoPolis- Coprodução social da cidade e ciência cidadã: uma perspectiva comparada sobre classe trabalhadora e bairros precários na França e no Brasil”. Neste, a intenção não é de dar conta de toda a profundidade e multiplicidade de questões que cercam o território, mas de subsidiar um vislumbre da experiência de como a extensão universitária no campo do planejamento urbano e regional pode agregar na formação dos estudantes, ao trazer as demandas locais, constituindo redes que têm como objetivo alcançar uma democratização do território e ampliação da cidadania que considere o território usado, vivido, habitado e os desafios disso através das trajetórias individuais e coletivas de grupos específicos.

Por fim, na quarta e última parte, apresentam-se considerações finais, relativas às conclusões preliminares da experiência de parceria entre universidade e comunidade no Jardim Gaivotas sob a perspectiva adotada pelo CoPolis, como contribuição às discussões da sessão temática.

A proposta do projeto é refletir de forma comparativa sobre casos de co-produção da cidade que envolvem a atuação da universidade, entre outros atores como assessorias técnicas, sociedade civil organizada e poder público em torno de questões relacionadas ao acesso à moradia adequada. Para tal compreensão de situações, buscou-se sistematizar a reflexão em três eixos de análise: “Condições socioespaciais e conflitos em torno da coprodução”; “Atores e configurações do trabalho de coprodução” e “Pedagogias e circulação de saberes”. A elaboração da atuação conjunto do LabJuta e do Gaivotas em termos da forma que os saberes circulam terão como base metodológica alguns itens analíticos elaborados no âmbito do Projeto CoPolis.

## **2. Pesquisa e aprendizado pela experiência: pesquisa-ação e educação popular**

Paulo Freire, em seu livro “Extensão ou Comunicação?” (Freire, 2021), critica fortemente a postura extensionista tal como praticada nas décadas de 1960 e 1970, que identifica com as práticas de manipulação e “invasão cultural”. Em seu lugar, propõe que a prática educadora, mesmo num contexto de assessoramento técnico, é sempre uma situação gnosiológica, e deve ser portanto trabalhada como uma comunicação entre dois sujeitos cognoscentes, em diálogo sobre um objeto cognoscível, pois “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer” (Ibidem, p. 29). Ou seja, como uma ação educadora, na qual se problematiza a situação concreta, objetiva, real, que baseia o diálogo dos sujeitos envolvidos, para que, captando-a criticamente, atuem também criticamente sobre ela.

Nesta mesma obra, propõe que o papel do técnico que se insere num processo de transformação da realidade<sup>i</sup> seja o de um “verdadeiro educador”, cuja participação no processo não pode “ser reduzida a um estar diante, ou a um estar sobre, ou a um estar para os camponeses, pois deve ser um estar com eles, como sujeitos da mudança também.” (Ibidem, p.72). Nesse processo de verdadeira educação popular, definida por Freire como a que “(...), substantivamente democrática, jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade”, estimulando a “(...) presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade. no sentido da superação das injustiças sociais” (Freire, 2022, p.118), o técnico consciente é educador e educando.

O termo extensão, analisado criticamente por Freire conforme seu sentido linguístico, representava naquele momento histórico o sentido de uma prática assistencialista e antidialógica, que visava a estender às chamadas classes populares o conhecimento técnico, desconsiderando seus saberes e práticas. Este período é identificado por Jezine (2005) como aquele em que a extensão é institucionalizada como estratégia de “domesticação” pelos regimes autoritários que surgem na América Latina no período. Desde então, o conceito de extensão assume significados diferentes, a partir das práticas que se modificam e incorporam princípios daquilo que Freire chamou de “comunicação”, e que Serrano (2013) denomina de “extensão cidadã”: uma produção de conhecimento pautada pela troca de saberes entre academia e sociedade. Conforme o Plano Nacional de Extensão (2019), a extensão universitária foi definida como

(...) o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade.

A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à Universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Esse fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados, acadêmico e popular, terá como consequências a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da Universidade. (Plano Nacional de Extensão, 2019).

Apesar dessa definição, muitos são os projetos que, apesar de designados “de extensão”, perpetuam práticas assistencialistas, ou de prestação de serviços de forma acrítica, ou mesmo de “invasão cultural”, por vezes nas mesmas instituições que adotam práticas extensionistas horizontais e visando a educação popular. Em parte, isso se dá pela insuficiência do debate acadêmico sobre a temática. No contexto institucional transformado pela Resolução da Câmara de Ensino Superior do Conselho Nacional de Educação – CEN/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece a obrigatoriedade das atividades de extensão nos currículos acadêmicos, a falta de clareza do que se estabelece como extensão e suas oportunidades enquanto produtora de conhecimento é um risco.

Por isso, importa estabelecer, antes de tudo, a compreensão dos princípios que guiam o projeto de extensão aqui relatado. A atuação do LabJuta se orienta para práticas de educação popular, adotando em seus projetos o método da pesquisa-ação<sup>ii</sup> (THIOLLENT, 2000) como forma de construir coletivamente ações que favoreçam a justiça territorial. Entende-se por isso a celebração de uma aliança solidária entre o grupo de pesquisa, movimentos sociais e comunidades para a resistência em um contexto de amplos e fortes ataques à vida, à democracia e à civilidade, em busca justamente de garantir a equidade nas condições de vida, ambientais e de direitos atrelados aos territórios de vida das classes populares. Nesse sentido, pode-se dizer que o LabJuta adota, na prática, os princípios propostos por Florestan Fernandes, ao enunciar que “o que se faz na universidade, se não tiver significado para os processos de mudança da sociedade brasileira, é coisa morta” (FERNANDES, 2020, p.291).

Nesse sentido, aquilo que dá origem aos projetos, aquilo que dá início à situação cognoscível de diálogo e aprendizado, pode ser chamado de “conflito gerador”, “ameaça geradora”, “luta

geradora”. Em cada parceria, que se estende por um ou vários projetos acadêmicos, adota-se como premissa o estabelecimento de um compromisso com as comunidades envolvidas, a partir de uma perspectiva transformadora de uma realidade de vulnerabilidade social e de um Estado ausente, com ações contraditórias ao objetivo do bem comum. A partir de demandas, estabelece-se diálogos preliminares que resultam na percepção das diversas instâncias do *problema gerador*, levando a sua problematização.

Essa problematização, que se dá como parte do processo de diálogo com os sujeitos participantes, objetiva que todos possam captar criticamente a situação concreta, objetiva e real, para que possam atuar também criticamente sobre ela (FREIRE, 2021, p.23). Estabelece-se dessa forma uma *linguagem comum*, oportunizando que a demanda concreta seja também uma situação gnosiológica, sobre a qual se troca saberes pelo diálogo, e se discutem ações e produz-se conhecimento, sem a imposição unilateral de convicções, seja dos pesquisadores, seja dos demais sujeitos envolvidos. As ações propostas visam incidir sobre as políticas públicas de cunho territorial, trabalhando questões que se manifestam no presente, mas que se ancoram na recuperação/valorização das memórias e saberes populares, mas que apontam principalmente para o futuro, à medida que produzem transformações dos sujeitos envolvidos. Conforme os princípios explicitados por Thiollent, tem sempre um objetivo prático, e um objetivo de produção de conhecimento, descritivo e crítico, a partir de “uma massa de informação significativa, aproveitando um amplo concurso de competências diversas” (THIOLLENT, 2000, p.24).

A experiência relatada a seguir é exemplar no seguimento dessas premissas. A parceria do Laboratório Justiça Territorial com a comunidade Jd. Gaivotas se inicia em 2018, e segue em andamento. A Comunidade será apresentada a seguir, como contexto no qual se desenrolam as estratégias e práticas do projeto relatado.

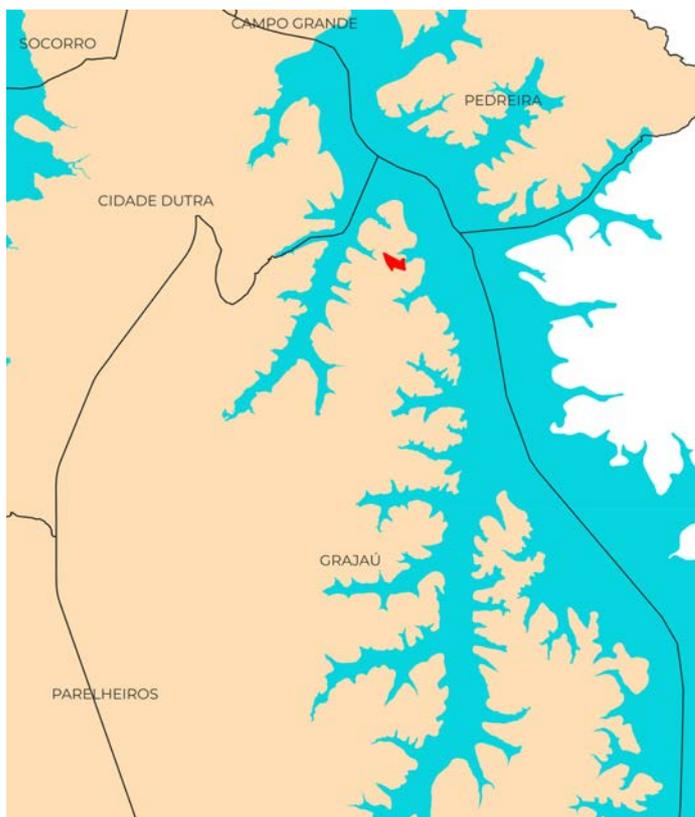
### **3. Gaivotas: conflito urbano-ambiental e a busca do direito à moradia adequada**

A elucidação dos principais problemas a partir dos quais a pesquisa será elaborada e que dá sentido ao tema escolhido, por se tratar de uma pesquisa-ação, nesse caso, é a projeção de uma “situação desejada de acordo com o objetivos definidos e os meios ou soluções que tornam possível a realização dessa situação” (THIOLLENT, 2000, p.62-3).

Através da afirmação de que “o cidadão é um indivíduo em um lugar”, (SANTOS, 2020, p.151), Milton Santos reflete sobre as formas em que (não) se realiza a cidadania quando se prescinde do componente territorial. O valor do indivíduo depende do lugar em que este se encontra e assim pensar em igualdade de acessibilidade semelhante a bens e serviços (*Ibid.*)

Existem premissas da prática extensionista de co-produção de estratégias que visam a ampliação da cidadania e do direito à moradia, entre elas a de que o próprio território informa as demandas, ou seja, a leitura do território, que inclui um diagnóstico para além das dimensões físicas, considerando as associações humanas e trajetórias um aspecto essencial da compreensão das possibilidades de ação. Assim, outra premissa é a de que a compreensão do lugar é importante. O território, sujeito à oposição entre mercado e sociedade civil, resguarda no “lugar - não importa a sua dimensão - é a sede dessa resistência da sociedade civil”. (SANTOS, 2005, p 259).

O Jardim Gaivotas é uma ocupação de moradia localizada nas margens da represa Billings, zona sul da cidade de São Paulo, no distrito do Grajaú, subprefeitura da Capela do Socorro - como representado pela figura 1. De acordo com o zoneamento do Plano Diretor Estratégico de São Paulo (Lei nº16.050/2014), a área que compreende o Jardim Gaivotas está localizada na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental, Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental e em uma Zona Especial de Interesse Social 4, que são as áreas adequadas à urbanização e edificação situadas em Área de Proteção aos Mananciais.



**Figura 1.** Localização do Jardim Gaivotas próximo à represa Billings, no distrito do Grajaú (fonte: elaborada pelos autores)

No histórico da ocupação, observa-se o início da ocupação em 2003, a ocorrência de uma remoção violenta pelo poder público no âmbito do projeto Defesa das Águas em 2007, com o retorno de parte das famílias e vinda de novas famílias para ocupar o local a partir de 2012, sendo que até os dias atuais a ocupação apresenta crescimento. Em 2007 haviam 104 famílias morando no local. Com o processo de reocupação do terreno a partir de 2012, em 2019 completou 152 famílias e em 2022, dentro de seus limites, estão abrigadas 258 famílias (7 delas são pertencentes ao grupo de famílias que sofreu remoção em 2007), segundo levantamento da Associação de Moradores.

As questões locais e trajetórias individuais e coletivas tem como pano de fundo conflitos de ordem legal, fundiária, de direitos humanos e que perpassam diferentes dimensões do direito à moradia, pois há a sobreposição da questão urbana com a ambiental. A localização da ocupação em área de proteção aos mananciais insere outra camada de complexidade no tratamento da questão habitacional. <sup>iiii</sup>

O direito à moradia, previsto na Constituição Federal Brasileira de 1988 (art. 6º) também é objeto de tratamento das leis infraconstitucionais - tratados internacionais de direitos humanos - como é o caso do Comentário Geral número 4 do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Organização das Nações Unidas que elabora os sete elementos do direito à moradia adequada (IACOVINI, 2020). A partir desses elementos é possível delinear a situação habitacional do Jardim Gaivotas, comum a outras ocupações das áreas de mananciais na zona sul de São Paulo.

A *habitabilidade*, enquanto condição física da construção em que se vive, apresenta problemas relacionados à salubridade e proteção contra intempéries, uma vez que o padrão construtivo de algumas das casas apresenta o uso de materiais improvisados e inadequados como madeira e plástico. A *disponibilidade de serviços e infraestrutura* é precária pois, apesar de haver a oferta de escolas de educação infantil e ensino fundamental e a presença de uma Unidade Básica de Saúde

(inaugurada em 2004 mas que só cadastrou os moradores da ocupação em 2019), não existem equipamentos de lazer e cultura, a rede de esgoto não está instalada no local e a água foi regularizada pela SABESP apenas em 2019 (no âmbito do Programa Água Legal).

A *localização* é a dimensão que se relaciona com o conjunto da cidade e com a *acessibilidade*, que por sua vez inclui tanto a questão do acesso físico à moradia quanto do acesso formal aos grupos vulneráveis, incluindo o *custo acessível*. No caso do Gaivotas é a falta de provisão habitacional que leva os moradores a ocuparem a área. A *adequação cultural*, nesse caso, “significa o respeito ao processo social da constituição da moradia e do assentamento como um todo” (IACOVINI, 2020).

A *segurança da posse* pode ser considerada elemento basal e precursor dos demais por ser a garantia de permanência na residência, havendo diversas camadas, jurídica, social e política para a realização plena do direito à moradia adequada.

Nos últimos anos, ocorreram mudanças consideráveis no padrão construtivo das casas, havendo maior quantidade de construções em alvenaria e cobertura em laje plana, e um adensamento rápido, com a vinda de novos moradores – como representado pela figura 2, produzida em um levantamento das transformações construtivas entre 2018 e 2022 (TAUBMAN, LABJUTA, 2019).



**Figura 2.** Levantamento das mudanças nas construções e dos limites do Jd. Gaivotas entre 2018 e 2022 (fonte: elaborado pelos autores)

Em 2018, foi firmada uma parceria entre a organização de moradores da ocupação, o Laboratório de Justiça Territorial vinculado à Universidade Federal do ABC, a União de Movimentos de Moradia (UMM) e Taubman College Universidade de Michigan, no âmbito do projeto de pesquisa e extensão universitária “Young land occupations in São Paulo: co-designing urban strategies and tactical interventions”, foram propostas uma série de oficinas, encontros e conversas.

A entrada no Jardim Gaivotas ocorreu através de atores intermediários, representados pela União de Movimentos de Moradia que já havia construído uma ponte com os moradores. O financiamento foi da Universidade de Michigan (UM) através do fundos de pesquisa de 2018 Prototyping Tomorrow do Taubman College of Architecture and Urban Planning.

Entre os objetivos do projeto encontra-se a caracterização das jovens ocupações da zona sul de São Paulo; a compreensão de como a comunidade se apropria e mobiliza instrumentos urbanos e legais para defender seu direito à moradia; a compreensão da trajetória da ocupação; o apoio à capacidade da comunidade de se organizar internamente e se articular com outras comunidades dos arredores e a co-produção de táticas urbanas voltadas para a sustentabilidade e respeito aos direitos humanos.

Em termos concretos, a realização dos objetivos teve como uma das principais ferramentas a realização da Oficina do Futuro (FIGURA 3), cuja metodologia foi desenhada pelo Instituto Ecoar para a Cidadania (1990), cujo objetivo foi a sensibilização e busca pelo envolvimento dos moradores do gaivotas no levantamento das questões e desenho de um plano de ação. As três etapas foram: a *Árvore dos Sonhos*, as *Pedras do Caminho* e o *Plano de Ação*. A questão “Como é a comunidade dos seus sonhos?” foi o ponto de partida, seguido de um mapeamento participativo, em que foi feito a construção de um mapa coletivo com os principais problemas e desafios a serem enfrentados pela comunidade, além da compreensão da história de ocupação do local e da relação das pessoas entre elas e com o ambiente. Também foram discutidos os aspectos positivos considerados oportunidades/potencialidades. Como prioridades foram citadas: garantia do acesso à água para todos, energia e coleta de esgoto.



**Figura 3.** Encontro realizado no âmbito do Projeto Jovens Ocupações (fonte: Laboratório Justiça Territorial)

O traçado de um *Plano de Ação*, na etapa que foi chamada de *Oficina de Futuro*, a proposta foi de apresentar as possibilidades de co-construção do conhecimento com a assessoria técnica, moradores, pesquisadores, movimento. As ideias colocadas como possíveis de realização foram: mutirão de limpeza para acabar com o problema do acúmulo de lixo, construção de uma área de lazer para jovens e crianças, biblioteca e horta comunitária. As propostas foram articuladas por ordem de prioridade e viabilidade de realização a curto, médio e longo prazo. A realização do mutirão para a construção do parquinho, apesar de priorizada ao final das oficinas, encontrou empecilhos em relação ao espaço escolhido, fruto de conflitos entre atores locais e moradores próximos, mas externos ao Jd. Gaivotas.

Pode-se observar como as limitações de recursos não permitiram alcançar toda a potencialidade das ações traçadas no processo participativo, além de terem havido questões não previstas que inviabilizaram a realização de parte do plano de ação. Porém, o objetivo de reconhecimento das questões e do exercício de planejamento participativo por meio das oficinas foi exitoso, havendo

a construção de um senso coletivo das necessidades da comunidade do Jardim Gaivotas e da capacidade organizativa para realizar alguns dos objetivos traçados, assim como para perseguir outros que dependem de outros agentes externos e políticas de Estado (como a moradia digna).

O projeto de extensão desenvolvido em parceria com a União dos Movimentos de Moradia e o Taubman College foi essencial no fortalecimento do processo associativo e construção de um canal de comunicação e diálogo com os moradores. No contexto universitário, foram diversos os tipos de relação estabelecidas dos estudantes da graduação e da pós-graduação em relação ao processo decorrente no Gaivotas. Houveram entradas demarcadas em um evento específico ou que perduraram ao longo de um período mais estendido de tempo: grupos de estudantes que se envolveram através de uma visita dentro da proposta de uma disciplina da graduação (Habitação e Assentamentos Humanos, no curso de Engenharia Ambiental e Urbana); e da pós graduação (Urbanização Insurgente no Curso PPG PGT) outros que realizaram pesquisas de iniciação científica que envolviam uma troca e compreensão da dinâmica deste território com a possibilidade de envolver remuneração (bolsas de pesquisa e extensão).

Cabe mencionar que a permanência constante de determinados sujeitos, representando a instituição de ensino e o laboratório mas também com uma relação pessoal que ultrapassa esses limites, permitiu a rotatividade de estudantes e técnicos no trabalho cooperativo por trazer algum grau de estabilidade e confiança. No caso do trabalho de campo de uma disciplina, o fato de haver uma aproximação entre o docente e a comunidade permite que o reconhecimento das relações humanas no ambiente físico seja mais qualificado e aprofundado por parte dos estudantes, quando comparado a uma situação em que não há relação prévia entre essas partes. A relação do LabJuta da UFABC com a comunidade manteve-se ao longo dos anos, superando as dificuldades e a necessidade de hiato presencial importante ocasionado pela pandemia da Covid 19 principalmente nos anos de 2020 e 2021.

A continuidade do processo de coprodução com a comunidade do Jd. Gaivotas foi potencializada, em termos de recursos humanos e financeiros, a partir da integração como um dos campos do projeto temático CoPolis - Co-produção social da cidade e ciência cidadã, constituindo uma continuidade dos trabalhos iniciados anteriormente sob novas formas. Construído em parceria com o Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LabHab- USP) e Laboratoire Architecture Ville Urbanisme Environnement (Lavue - Universidade Paris Nanterre), o projeto objetiva refletir sobre as experiências de planejamento participativo estruturadas entre a universidade, como mediadora, e a sociedade civil organizada, Estado, assessorias técnicas, entre outros agentes, para refletir e reformular quais as condições que favorecem a prática colaborativa no contexto atual.

Sem se ausentar do compromisso de uma diretriz multilateral que considera o conhecimento popular, as relações interinstitucionais e buscando democratizar o conhecimento adquirido no processo, os pesquisadores do Projeto CoPolis contém núcleos ligados a circulação de informações e saberes entre comunidade e universidade (ou o que Thiollent denominaria de saber acadêmico e saber popular), as relações das diferentes instituições no contexto político e as condições para o desenvolvimento da colaboração entre a sociedade civil organizada e os intervenientes e facilitadores.

Em vista disso, um dos pontos trazidos desde o início pelos moradores e que se demonstra constante na trajetória de organização política dentro da comunidade do Jd. Gaivotas é a necessidade de organização interna e articulação política com outros atores. A construção da Associação de Lutas Sociais do Jardim Gaivotas ocorreu no decorrer do projeto de extensão, sendo considerada essencial para a organização realizada “para dentro” e “para fora” (TAUBMAN, LABJUTA, 2019, p.63).

A proposta do Encontro Sul de Favelas e Ocupações, realizado em três edições nos anos de 2019 (modo presencial), 2021 (modo remoto) e 2022 (modo presencial), também foi construída com esse objetivo, concentrando em si a possibilidade de casar essas duas formas de organização,

para dentro, na medida que é para fora: considerando a horizontalidade enquanto domínio da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, a “coesão horizontal que está a serviço da sociedade civil como um todo” (SANTOS, 2005, p.260) e os laços solidários estabelecidos nesse domínio reforçam a organização interna.

O Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, organização não governamental sem fins lucrativos que atua desde 1988 em prol da inclusão social daqueles que têm seus direitos violados, provê assessoria jurídica aos moradores do Jd. Gaivotas. Em 2019 foi dada entrada no processo referente à remoção truculenta das famílias de 2007, causa que levou à vitória por parte das 26 famílias em 2022, com a obrigatoriedade de atendimento habitacional por parte da prefeitura. Em 2022 foi dada a entrada no pedido de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social - REURB-S para todas as famílias hoje residentes.

Além de acompanhar e apoiar o trabalho visando a regularização fundiária, o LabJuta atuou na articulação para organizar um acompanhamento da visita com técnicos das empresas que prestam serviços de saneamento básico, apoiando a reivindicação dos moradores no processo de acesso às políticas públicas em diálogos e reuniões com órgãos públicos como prefeitura e Ministério Público.

Os processos participativos supracitados não ocorrem sem a presença e o desenvolvimento de conflitos entre as diferentes partes (dificuldade de diálogo com a prefeitura, a exemplo), além dos conflitos internos ao coletivo organizado em torno das demandas do Gaivotas (como a concomitância de dois processos envolvendo diferentes grupos de moradores - atendimento habitacional das famílias que sofreram remoção em 2007 e a regularização fundiária das demais famílias que também residem hoje e chegaram depois daquela violenta remoção, que tem gerado mal-entendidos entre os moradores). Esses relacionam-se à compreensão das prioridades e aos caminhos a serem percorridos, bem como a resultados alcançados nos diferentes processos. Nesse sentido, o papel da universidade, representada pelo LabJuta, toma a forma de proposição de momentos de discussão em busca da resolução destes conflitos, esclarecendo questões técnicas e jurídicas e buscando auxiliar no andamento de processos.

#### **4. Aprendizados em campo: discussão sobre expectativas, resultados e “frustrações”**

Um dos principais aprendizados em campo é de que o conhecimento científico não prescinde de participação social, mas a construção coletiva da participação social também não prescinde de conhecimento científico. A instabilidade inerente ao território vivo e constituído no entorno de conflitos demanda uma adaptabilidade das estratégias e metodologias de associação e resolução de problemas. Daí a importância da extensão na formação do planejador, ao permitir o contato com o território usado, espaço humano, ainda durante sua estada na universidade, permitido não apenas a vivência do real, mas a reflexão sobre essa experiência, num verdadeiro processo de práxis, tal como proposto tanto por Paulo Freire como por Michel de Thiollent.

A reflexão sobre os métodos adotados para a extensão universitária é transformadora da própria universidade e conseqüentemente influi no processo de formação dos futuros profissionais que atuam no campo do planejamento urbano e regional. “Necessitamos preparar os estudantes para as várias linguagens do planejamento que os conectem a atores diversos, os quais contestam e modelam o futuro do *habitat* humano.” (MIRAFTAB, 2016, p. 375), parte do reconhecimento da essencialidade e importância do papel de atores diversos que constroem a cidade.

Considerar a coprodução de conhecimento como indutora da produção da cidade, uma vez que nos possibilita transformar o arcabouço de referências dos atores ativos nesse processo, demanda uma ação fruto de reflexão. O papel do pesquisador, militante e técnico, de articular e criar pontes entre os moradores e a assessoria técnica e jurídica para a resolução das questões trazidas, carrega consigo uma responsabilidade técnica e demanda um aprofundamento do processo de conhecer a realidade a partir de uma postura de relacionamento menos hierárquico, mais

horizontal, respeitoso e legitimador dos conhecimentos populares e da história individual e coletiva na relação com a comunidade.

O diagnóstico territorial, que recebe forte enfoque no campo do planejamento urbano e regional e no ensino do planejamento territorial, ganha aspecto “mais humano”. Joga-se luz na importância dos relatos individuais e a construção de um relato coletivo da história da ocupação. O território, abstratamente representado em mapas e dados, ganha corpo, cheiros e sons. A experiência vivida é transformadora, significativa, e os conteúdos assimilados transformam os sujeitos envolvidos, tornando-os mais (FREIRE, 2021; DEWEY, 2010)

Ainda assim, na perspectiva de transformação do contexto de provisão habitacional, é essencial que haja a possibilidade de ação institucionalizada por meio de políticas públicas. No processo de formulação das políticas públicas, existem subfases na qual um problema é percebido como relevante e assim é elevado à agenda pública para ser tratado dentro da elaboração de programas e decisões (OLIVEIRA, 2013), às estratégias de co-produção buscam também de alguma forma levar ideias e demandas para o rol de opções das políticas públicas.

A perenidade da relação com o território enquanto campo de estudo e local de prática ao longo de diferentes formatos e projetos (pesquisa, extensão, disciplinas) é caráter chave na atuação da universidade, como percebido no caso do Jardim Gaivotas. A permanência da relação entre grupo de pesquisadores e atuantes da universidade ao longo de um tempo mais longo que o da realização de um projeto de pesquisa ou extensão (normalmente 1 a 2 anos) permite que a temporalidade da mobilização política e da resolução de demandas informadas pelo território sejam desenvolvidos e alcançados, senão totalmente, pelo menos parcialmente, e aproxima-o mais da temporalidade dos habitantes do lugar, cuja vida não acompanha a divisão arbitrária dos semestres acadêmicos.

No caso do Gaivotas, o início da relação a partir do projeto de extensão das jovens ocupações em 2018 e a permanência da relação de colaboração, perpassando o período da pandemia da Covid 19, até o período de execução do Projeto Co Polis - permite aprofundar e expandir alguns potenciais efeitos/ações dos projetos de extensão, do processo de produção de conhecimento (pesquisa) e da formação de recursos humanos, na figura dos estudantes de graduação e pós graduação que puderam visitar, estudar, pesquisar e/ou atuar no Jd Gaivotas.

Os pesquisadores envolvidos no Gaivotas, em sua ampla maioria, estão também envolvidos em algum nível com outros assentamentos e ocupações. Esse fator denota importância, na medida em que apesar dos contornos parecidos, as questões desenvolvidas em cada lugar, possuem especificidades por se tratarem de conjuntos humanos e além disso, cria-se um repertório vasto, análises assertivas, pesquisas de maior precisão e fórmulas de resolução para problemáticas semelhantes ao longo do acúmulo de informações e reflexões que tange à temática habitacional.

A dimensão proporcionada no movimento de comparação, pode ser explorada havendo um enriquecimento de detalhes, (feitos através dos relatórios produzidos sobre as visitas de campo) que quando comparados elucidam diferentes contextos. Na logística que se desenvolve na ferramenta de comparação entre dois ou mais cenários, imperam necessidades como: a segmentação dos estudos de caso, os processos anteriores até a formação da ocupação, o registro das múltiplas vivências nos espaços acompanhados, a atuação governamental nos locais, e nesse sentido, a ocupação Gaivotas foi eleita como o sistema de moradia escolhido para discutir a base da narrativa extensionista dos pesquisadores envolvidos.

O posicionamento dos pesquisadores e extensionistas do Laboratório Justiça Territorial na atuação em relação ao Gaivotas, é de encarar o indivíduo que vive no local e suas lideranças como protagonistas e sujeitos-parte das soluções. A não passividade dos moradores na construção do espaço coletivo e o engajamento dos mesmos nos processos administrativos, estruturados pelas extensões em vigência, marcam uma postura freiriana que concilia o

conhecimento acadêmico e conhecimento popular adquiridos ativamente pela vivência, e cujo diálogo orienta as ações a serem desenvolvidas e estrutura a produção de novos conhecimentos.

Ao mesmo tempo, importante destacar que o objetivo das ações do LabJuta orientam-se para a conscientização dos moradores, tratando-os não como um mero agente passivo, mas um sujeito participante e definidor dos destinos da comunidade. Isso implica em participar das reuniões, assembleias, informes, lutas, lidar com o aumento do número de pessoas que chega na ocupação no cenário pós-pandêmico e em um aspecto geral, manter o contato com as entidades parceiras, os pesquisadores que executam projetos e assistências técnicas envolvidas (Projeto Copolis, Peabiru, Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos, entre outros).

## **5. Considerações Finais - Labjuta e permanência ao longo do tempo**

A extensão universitária é objeto de extenso debates, que buscam dar conta da ampla variedade de processos gerados a partir do diálogo entre academia e sociedade. Essa relação é múltipla, influenciada por fatores como a posição político-acadêmica dos envolvidos, o contexto institucional, as oportunidades, interesses e demandas das comunidades, as redes às quais os diferentes sujeitos participantes se vinculam, entre outros. No caso ora relatado, a postura dos pesquisadores envolvidos, orientados para a extensão-cidadã, que propõem a extensão como situação cognoscente, oportunidade para o diálogo entre saberes e a educação popular voltadas para o desenvolvimento de ações propulsoras da justiça territorial a partir da conscientização dos sujeitos envolvidos, é decisiva para o surgimento e desenvolvimento da parceria com a comunidade Gaivotas. Afinal, a demanda inicial surge para o LabJuta por indicação de parceiros de longa data, e simboliza o reconhecimento do trabalho e de modos de fazer acadêmico que são uma escolha consciente dos pesquisadores do laboratório.

Essa conduta busca evitar a realização de processos que transformam os parceiros não-acadêmicos em objetos de estudo (ao invés de sujeitos participantes do diálogo), postura por vezes inconscientemente assumida por pesquisadores que se distanciam do território e de seus habitantes, ou que adotam procedimentos que surgem e terminam como atividades puramente acadêmicas, pouco comprometidas com a transformação e as demandas do lugar, ou mesmo de viés assistencialista. É pela busca da troca e do diálogo que o grupo busca enraizar-se no lugar, desenvolver uma linguagem comum e um compromisso com aqueles que contribuem para o aprendizado. A longa permanência nas comunidades é construída pela confiança desenvolvida, legitimada pela atenção ao que é dito e às demandas recebidas, que são discutidas e acordadas, sejam elas complexas ou pedidos mais simples, nos momentos de crise ou nas celebrações da comunidade, ainda que mantendo a independência e criticidade que a reflexão acadêmica solicita.

É por ser considerado *parceiro* que o LabJuta recebeu o convite para participar da comunidade, e esta lealdade aos seus princípios e aos habitantes do lugar são, em si, um aprendizado para os planejadores do futuro, que lhes permite enxergar a concretude do mundo frente às abstrações tão comuns numa sociedade cujos valores prezam pelo individualismo, pelo egoísmo, pela competição, pela cultura neoliberal e do curto-prazismo (Pochmann), pela cultura do efêmero (Chauí). A universidade pública brasileira exercita assim as duas grandes vocações: a vocação científica e a vocação política (Chauí, 2000), se propondo a ser uma coisa viva, que contribui para os tão necessários processos de mudança da sociedade brasileira que Florestan Fernandes tanto buscou.

## 6. Referências Bibliográficas

CATAIA, Márcio. **USO DO TERRITÓRIO E FEDERAÇÃO: NOVOS AGENTES E NOVOS LUGARES. DIÁLOGOS POSSÍVEIS E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.** REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XIV, núm. 331 (16), 1 de agosto de 2010.

CHAUÍ, M. **Escritos sobre a universidade.** Ed. UNESP, 2000.

DEWEY, J. **Arte como experiência.** Martins Fontes, 2010.

FERNANDES, F. **O desafio educacional.** 1ª edição. Expressão Popular, São Paulo, 2020

FERRARA, L. N.; GONSALES, T. A.; COMARU, F. A. **Espoliação urbana e insurgência: conflitos e contradições sobre produção imobiliária e moradia a partir de ocupações recentes em São Paulo,** Cad. Metrop., São Paulo, v. 21, n. 46, pp. 807-829, set/dez 2019.

FERRARA, L. N.; EMPINOTTI, V. L. ; COMARU, F. A.; BARBOSA, B. R. ; ALVES, E. A. T. ; BOTTON, F. ; IDU, G. ; CAVALHIERI, J. V. ; DOMINGUEZ, M. T. ; SOUZA, M. R. ; CORTEZ, R. S. ; NOBRE, S. C. S. ; WALKER, A. P. P. ; ALARCON, M. A. . **Cartografias do acesso à água em moradias precárias na pandemia da Covid-19** (ProeC: PJ067-2020). 2021. (Relatório de pesquisa).

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** 1ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GALVANESE, C. **Paradigmas do Planejamento Territorial em Debate.** Santo André: Editora UFABC, 2021.

IACOVINI, Rodrigo. **Os 7 elementos do direito à moradia adequada.** Instituto Pólis, 2020.

JEZINE, E. **UNIVERSIDADE-SOCIEDADE E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. CONSTRUÇÕES TEÓRICOMETODOLÓGICAS.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, XXVIII., 2005, Rio de Janeiro. Anais da 28a. Reunião Anual da Anped [...]. [S. l.: s. n.], 2005. Disponível em: <http://28reuniao.anped.org.br/textos/gt11/gt111110int.rtf>. Acesso em: 4 ago. 2019

KLINK et al. **O campo e a praxis transformadora do planejamento - reflexões para uma agenda brasileira.** RBEUR, v.18, 2016.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. **Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole** / Maria Lucia Refinetti Martins - São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006. 206 páginas.

MIRAFTAB, Faranak. **Insurgência, Planejamento e a Perspectiva de um urbanismo humano.** REV. BRAS. ESTUD. URBANOS REG. RECIFE, V.18, N.3, p.363-377, SET.-DEZ. 2016

OLIVEIRA, Vanessa (2013). **As fases do processo de políticas públicas.** In: Vitor Marchetti (org). **Políticas Públicas em debate,** São Bernardo do Campo, MP Editora.

**PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA** - Edição Atualizada. Brasil. 2000 / 2001- Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC, disponível em: [www.unifal-mg.edu.br/extensao/...extensao](http://www.unifal-mg.edu.br/extensao/...extensao). Acesso em 20 de dezembro de 2022

SANTOS, Milton. **Espaço do Cidadão.** 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2020.

SANTOS, Milton. **O retorno do território.** OSAL: Observatorio Social de América Latina. Ano 6 no. 16 (jun. 2005- ). Buenos Aires : CLACSO, 2005

TAUBMAN, LABJUTA. **Young land occupations in São Paulo: co-designing urban strategies and tactical interventions.** Relatório de pesquisa. São Paulo / Ann Arbor, August, 2019.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa Ação.** 18a edição. São Paulo: Cortez, 2011.

WALKER, A. P. P.; BARBOSA, B.; SOARES, C. C.; COMARÚ, F. A.; FERRARA, L. N.; ALARCON, M. A.; AMIGO, O. C.; CEZARIO, P.; GONSALES, T. A. **Prototyping Tomorrow - Young Occupations in São Paulo**. São Paulo, 2019.

---

<sup>i</sup> Freire escreve esse texto como discussão sobre o papel dos agrônomos extensionistas o processo de reforma agrária em curso no Chile, no final da década de 1960

<sup>ii</sup> Thiollent define a pesquisa-ação como “(...) um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação e do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (2000, p.14).

<sup>iii</sup> Para um maior aprofundamento deste debate ver MARTINS, 2006.